



Brasil pode registrar até 4,2 milhões de casos de dengue em 2024

Inflação do aluguel volta a perder força depois de seis meses

Página 3

Com 36 pontos, Brasil cai 10 posições em ranking que mede corrupção

Página 8

Número de atendimentos da Prefeitura à mulheres vítimas de violência aumenta quase 35% em 2023

O Programa Guardiã Maria da Penha da Prefeitura de São Paulo aumenta em 34,84% o atendimento às mulheres vítimas de violência, em 2023. O número de visitas passou de 21.208, em 2022, contra 28.597, no ano passado.

O objetivo do Programa, que é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Segurança urbana, é combater a violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial contra as mulheres. **Página 2**

Dívida pública pode alcançar até R\$ 7,4 tri em 2024



Foto: Kaja Neudtmeyer/ABR

Página 3

Programa CreativeSP deve gerar R\$ 404 milhões em negócios no setor cultural

As nove missões empresariais realizadas em 2023 pelo programa CreativeSP, do Governo de São Paulo, devem gerar R\$ 404 milhões em negócios na indústria cultural, alta de 13% na comparação com 2022. Em média, para cada real investido pelo poder público, serão gerados pelo menos R\$ 85 em negócios – o orça-

mento do CreativeSP no ano foi de quase R\$ 4,7 milhões.

Os números foram divulgados pela Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas e pela InvestSP – agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico –, que são responsáveis pelo CreativeSP. **Página 2**

Brasil fica atrás de países do G20 no quesito segurança pública

Página 8

Esporte

Pipo Derani celebra bom início de temporada com pódio nas 24 Horas de Daytona

Vinte e quatro horas de muitos duelos, adrenalina e minutos finais de tirar o fôlego. A 62ª edição das 24 Horas de Daytona, disputada sábado e domingo (27 e 28), teve ingredientes de muita emoção, com 59 carros na briga pelos títulos de uma das principais provas do endurance mundial, dividida em quatro categorias.

Na categoria principal, a GTP, o brasileiro Pipo Derani e os companheiros – os britânicos Jack Aitken e Tom Blomqvist – largaram da pole position com o #31 Whelen Engineering Cadillac V-Series.R, da equipe Action Express Racing, e lutaram pela vitória até os minutos finais.

Única equipe a ter três pilotos na corrida (as demais

contaram com quatro competidores), eles cruzaram a linha de chegada em segundo lugar, apenas dois segundos atrás dos vencedores, o Porsche 963 pilotado pelo brasileiro Felipe Nasr e os companheiros Dane Cameron, Matt Campbell e Josef Newgarden.

Atual campeão do IMSA WeatherTech SportsCar Championship, Derani celebrou o bom início de temporada. O brasileiro cravou na semana passada a pole position, estabelecendo um novo recorde para o circuito, comprovando o bom desempenho do carro e as boas expectativas para o campeonato deste ano.

“Correr essa prova, é sempre uma emoção. Estamos aqui para aproveitar também esses momentos. Foi uma corrida fantástica para os fãs”, comentou Derani,

que venceu as 24 Horas de Daytona em 2016, em sua estreia no IMSA.

“Claro que queríamos a vitória, mas não há nada melhor do que lutar lado a lado com outros grandes competidores e ter um final tão incrível, em uma corrida que foi muito disputada do início ao fim”, destacou o brasileiro, que é bicampeão do IMSA (2021/2023).

O último stint da prova teve Blomqvist ao volante e o piloto chegou a superar Nasr, após o pit stop. A briga foi ferrenha, mas os rivais tiveram uma estratégia mais eficaz na economia de combustível e garantiram a vitória.

“O Tom fez um trabalho fantástico para tentar superar o Felipe e estava mais difícil estar fora da pista do que dentro. Demos tudo o que podíamos, mas no fi-



Foto: José Mário Dias

Pipo Derani: bom começo na busca pelo tricampeonato no IMSA nel eles ficaram com a vitória. Mas estou muito orgulhoso, porque o trabalho de toda a equipe foi fantástico. Não cometemos um único erro durante toda a semana. Nosso carro estava muito

competitivo. Estivemos na frente, brigando do início ao fim. Foram grandes disputas”, continuou Derani.

O brasileiro, que contou com o apoio do BB Americas nas 24

Horas de Daytona, deixou a pista muito confiante e otimista para poder brigar este ano por seu tricampeonato. “Foi ótimo começar o ano assim. No ano passado, terminamos em quinto lugar aqui, em uma temporada de altos e baixos, que no final terminou com a conquista do título. Então, temos certeza de que podemos estar ainda mais fortes em 2024. Começar a temporada com uma pole e um segundo lugar, nos dá muita esperança e nos mostra que estamos no caminho certo para lutar por mais um campeonato”, finalizou Derani.

A próxima etapa da temporada do IMSA acontecerá em uma das pistas onde o brasileiro é destaque: as 12 Horas de Sebring, entre os dias 13 e 16 de março. Derani é tetracampeão da corrida.

ATP divulga lista do qualifying do Rio Open 2024



Foto: Domingos

Thiago Monteiro

A lista dos tenistas que disputarão o qualifying da

décima edição do Rio Open apresentado pela Claro foi di-

vulgada nesta terça-feira pela ATP. A competição, que acontecerá nos dias 17 e 18 de fevereiro no Jockey Club Brasileiro, contará com Cristian Garin, ex-campeão do torneio, o brasileiro Thiago Monteiro e outros grandes nomes das quadras de saibro, e definirá quatro vagas da chave principal de simples do ATP 500. O acesso ao qualifying será gratuito, mediante a cadastro e limitado em até dois ingressos por CPF. Os interessados poderão resgatar os seus ingressos a partir do dia 14 de fevereiro, às 11h, em <https://www.eventim.com.br/riopen-qualifying>.

O chileno Cristian Garin,

campeão do Rio Open em 2020 e atual 89º do mundo, e o brasileiro Thiago Monteiro, que marcou a sua história no Rio Open após eliminar o francês Jo-Wilfried Tsonga, número 9 na época, na edição de 2016 do torneio, são os destaques da lista. O colombiano Daniel Galán (79º) e os medalhistas de ouro e prata dos Jogos Panamericanos de 2023, o argentino Facundo Diaz Acosta (94º) e o chileno Tomás Barrios Vera (107º), o ex-top 40 Alex Molcan e o sempre cativante Corentin Moutet também figuram na lista, além do já garantido Gilbert Klier, que conquistou a sua vaga após o vice-campeona-

to na Maria Esther Bueno.

A chave do qualifying de simples consiste em 16 tenistas disputando pelas últimas quatro vagas. 13 recebem classificação direta através do ranking e as três vagas restantes são de convites, com Klier sendo um deles. Dois convites serão anunciados posteriormente.

Quem vencer dois jogos entra na chave principal do Rio Open, que contará com o espanhol Carlos Alcaraz, número 2 do mundo, o atual campeão do torneio Cameron Norrie, o campeão do US Open 2014 Marin Cilic e o três vezes campeão de Grand Slam Stan Wawrinka, entre outros, e será disputada entre os dias 19

e 25 de fevereiro.

A entrada para os jogos do qualifying será gratuita. Para resgatar a entrada, os interessados devem participar do cadastro de ingresso no dia 14 de fevereiro, a partir das 11h, em <https://www.eventim.com.br/riopen-qualifying>. Os ingressos são gratuitos, limitados e sujeitos à disponibilidade, com limite de duas entradas por CPF.

O qualifying dá quatro vagas na chave principal de simples do Rio Open e uma na chave de duplas. Os jogos terão início às 16h, com a abertura dos portões acontecendo às 15h.

Operação Carnaval terá reforço de 15 mil PMs em todo o Estado

Estado de São Paulo tem quase 16 mil vagas de emprego abertas

O estado de SP tem atualmente 15.996 vagas de emprego disponíveis pelos Postos de Atendimento ao Trabalhador – os PATs, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.

São 5.421 vagas na capital paulista e na Grande São Paulo. Já no interior, há 9.807 postos disponíveis, e no litoral, 768 vagas.

Além da região metropolitana de SP, destacam-se as regiões administrativas de Campinas, com 3.832 oportunidades de emprego; e a de Sorocaba, com 1.463. Elas são seguidas pelas regiões de São José do Rio Preto, que tem 788 vagas disponíveis; Vale do Paraíba, com 714; e Franca, com 673 oportunidades.

Ao todo, são mais de 500 profissões com vagas disponíveis.

As ocupações com o maior número de postos abertos são as de Auxiliar de Logística, Alimentador de Linha de Produção, Atendente de Lanchonete, Servente de Obras e faxineiro.

Os números de vagas de emprego são atualizados diariamente pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico.

Além das vagas, os PATs também oferecem atendimento e serviços gratuitos para trabalhadores, como a habilitação ao Seguro-Desemprego e a emissão da Carteira de Trabalho.

Para mais informações, você pode acessar o Portal do Governo de São Paulo, procurar o Posto de Atendimento ao Trabalhador mais próximo de você ou a prefeitura do seu município.

A Polícia Militar apresentou na segunda-feira (29) o esquema de segurança que será empregado no Carnaval 2024. Serão mobilizados 15 mil policiais e 6 mil viaturas em todo o Estado de São Paulo.

As operações policiais irão mobilizar todas as unidades policiais, como a Rodoviária, para garantir a segurança nos deslocamentos pelas rodovias, e a PM Ambiental, para evitar crimes e proteger os foliões que forem passar as festas nas zonas rurais e ranchos no interior do Estado. No litoral, também haverá policiamento específico, além do reforço que já existe com a Operação Verão, que está em andamento.

“Houve uma expansão do Carnaval da capital para todo o estado, por isso, existe esse planejamento para garantir a segurança em todos os locais”, afirmou o comandante-geral da PM, coronel Cássio Araújo de Freitas. A mobilização começa já no próximo sábado (3), com o pré-Carnaval. Depois, o efetivo ficará empenhado durante o Carnaval, entre os dias 5 e 16, e também no pós-Carnaval, nos dias 17 e 18.

“Em 2023, tivemos o Carnaval mais seguro de todos os tempos, com diminuição de todos os indicadores criminais. Então, em 2024, temos o grande desafio de conseguir índices ainda melhores, e tra-

balharemos para isso”, disse.

Uma das modalidades de policiamento será o de “aproximação”. Os foliões poderão contar por todo o percurso, em blocos ou nas ruas, com policiais a pé, circulando por locais estratégicos e de encontros públicos para fácil localização em caso de ajuda.

Também haverá o policiamento à paisana. Policiais com trajes civis estarão em meio ao público para observar atitudes suspeitas e evitar crimes, avisando a central de operações sobre possíveis indivíduos em atitudes suspeitas.

Os policiais que vão atuar na operação também receberam treinamento específico para lidar com casos de importunação sexual. Os PMs atuarão no acolhimento e no devido encaminhamento das vítimas para as redes de proteção.

Além do policiamento ostensivo para flagrar roubos e furtos de celular, a PM vai atuar também para combater a receptação dos aparelhos.

“A receptação dos celulares é muito rápida. O criminoso furta o celular, leva para outra pessoa e já sai daquela área. Por isso, estamos com uma operação em andamento justamente para combater a receptação de aparelhos de celular”, explicou.

Número de atendimentos da Prefeitura à mulheres vítimas de violência aumenta quase 35% em 2023

O Programa Guardiã Maria da Penha da Prefeitura de São Paulo aumenta em 34,84% o atendimento às mulheres vítimas de violência, em 2023. O número de visitas passou de 21.208, em 2022, contra 28.597, no ano passado.

O objetivo do Programa, que é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, é combater a violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial contra as mulheres. O Guardiã Maria da Penha também monitora as medidas protetivas a essas mulheres, a responsabilização do agressor e proporciona acolhida humanizada e orientação às vítimas quanto aos serviços

municipais disponíveis.

Foram realizados o acolhimento de 5.462 mulheres, o dobro do objetivo inicial de 2.500 vítimas de violência doméstica, previsto no Programa de Metas da Prefeitura. Além disso, foram inseridos ao programa 4.166 novos casos e ações de apoio a Casa da Mulher Brasileira, a Delegacias de Defesa da Mulheres e Abrigos sigilosos.

A Guarda Civil Metropolitana também oferece às vítimas um aplicativo de socorro imediato, onde podem acionar a GCM quando em emergência. Atualmente, são 2.295 mulheres cadastradas com registro de 319 chamados, em 2023.

A Prefeitura também reforçou o número de viaturas disponíveis para o Programa, no ano passado. A Inspeção de Defesa da Mulher passou de 9 viaturas para 15. No total, o Programa conta com 134 agentes de campo, além do suporte administrativo, para operacionalizar as ações e fazer gestão dos recursos disponibilizados pela Prefeitura.

O Guardiã Maria da Penha, criado em 8 de maio de 2014 por meio Decreto Municipal nº 55.089, é uma parceria entre Prefeitura, Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID), Ministério Público e Coordenação de Políticas para Mulheres, da Se-

cretaria Municipal de Direitos Humanos, para prevenir proteção às mulheres vítimas de violência doméstica.

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340) foi criada em 7 de agosto de 2006 como uma medida para diminuir os casos de violência doméstica e os índices de feminicídio no Brasil. Em 8 de março de 2019, foi criada a Inspeção de Defesa da Mulher e Ações Sociais da GCM, por meio do Decreto nº 58.653, composta por equipes de profissionais com formação específica e dedicação exclusiva. O Programa Guardiã Maria da Penha está inserido no rol de atividades dessa Inspeção.

Governo libera pagamentos via Pix para emissão de CNH e registro de veículo 0 Km

Após a liberação dos pagamentos de débitos como IPVA, multas e licenciamento, o Governo de São Paulo ampliou a possibilidade de pagamentos via Pix para outras taxas do Detran-SP. Desde a segunda-feira (29), mais 11 débitos da autarquia estão disponíveis para pagamento por meio do sistema. Para realizar a quitação das novas taxas incluídas, assim como dos débitos já liberados, o cidadão segue sendo o mesmo. O cidadão deverá acessar o portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado (Sefaz-SP) e gerar um QR Code.

Na primeira fase, o pagamento via Pix foi liberado apenas para quitação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em outubro de 2023. Em 3 de janeiro, foi iniciada a segunda fase, com a liberação do pagamento de multas de trânsito, além de taxas de transferência e licenciamento de veículos usados. Nas duas fases já liberadas ao cidadão, o serviço está sendo

utilizado sem intercorrências. Já foram contabilizados mais de 130 mil pagamentos via Pix dessas tarifas, serviços e impostos liberados nas duas fases da disponibilização da facilidade em todo o Estado.

Já nesta terceira fase, são disponibilizadas novas taxas do Detran-SP para pagamento na modalidade Pix, dentre elas: taxa para emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e registro; taxa para realização de exames para emissão de CNH; Permissão Internacional para Dirigir (PID); taxa para registro de veículo 0Km; para emissão de placa de fabricante; para escolha de caracteres alfanuméricos; Liberação de veículo apreendido; Estadia diária (em pátios); entre outras taxas.

“Depois do IPVA, a atual gestão dá mais um passo importante de simplificação na relação com os cidadãos, a partir da inclusão de novos pagamentos por Pix. A desburocratização dos serviços

públicos é uma prioridade, na medida em que colabora diretamente para a melhoria do ambiente de negócios e da competitividade no Estado de São Paulo”, destaca Samuel Kinoshita, secretário da Fazenda e Planejamento. “A maior vantagem da novidade está na ampliação da rede arrecadadora, que passou a englobar todas as instituições financeiras participantes do Pix, que está na casa de 800”, completa o titular da Sefaz-SP. É mais facilidade à população”, completa Kinoshita.

“Como disse o governador recentemente, queremos colocar todos os serviços possíveis do Poupatempo naquele aparelho pequeno chamado celular. Nós já temos o Poupatempo.SP.GOV.BR, que já soma 1.169 serviços digitais. Com o Pix, a lógica é a mesma”, disse o secretário de Gestão e Governo Digital, Caio de Paes Andrade.

“O Pix já faz parte do dia a dia dos paulistas, sendo uma opção

de pagamento cada vez mais familiar. Incluir a quitação de novos débitos da autarquia via Pix simplifica o processo de pagamento, proporcionando rapidez na resolução de obrigações. Essa iniciativa também impulsiona nosso processo de transformação digital, resultando em uma oferta crescente de serviços digitais mais eficientes. A abordagem reflete a diretriz da administração atual do Governo, seguida também pelo Detran-SP. Estamos comprometidos em simplificar a vida e garantir um trânsito de qualidade para os paulistas”, afirma Eduardo Aggio, diretor-presidente do Detran-SP.

A ação do Governo de SP em ampliar as opções do cidadão por meio do pagamento com Pix se deu graças a um trabalho que envolveu, além da Sefaz, a Secretaria de Gestão e Governo Digital e dois de seus órgãos vinculados: o Detran-SP e a Prodesp. Também participou do processo o Banco do Brasil.

Programa CreativeSP deve gerar R\$ 404 milhões em negócios no setor cultural

As nove missões empresariais realizadas em 2023 pelo programa CreativeSP, do Governo de São Paulo, devem gerar R\$ 404 milhões em negócios na indústria cultural, alta de 13% na comparação com 2022. Em média, para cada real investido pelo poder público, serão gerados pelo menos R\$ 85 em negócios – o orçamento do CreativeSP no ano foi de quase R\$ 4,7 milhões.

Os números foram divulgados pela Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas e pela InvestSP – agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico -, que são responsáveis pelo CreativeSP.

Com os objetivos promover a troca de conhecimento entre empresas do setor de economia criativa, incentivar a geração de

negócios e atrair investimento estrangeiro para o Estado, o programa leva empresas paulistas para os principais eventos internacionais de setores como audiovisual, literatura, música, tecnologia, games e inovação.

Os novos negócios ainda devem criar 7,8 mil vagas de emprego na indústria cultural, alta de 18% em relação ao ano passado.

Em 2023, o programa levou 85 empresas do setor cultural para nove dos maiores eventos de economia criativa do mundo: SXSW (EUA), GDC (EUA), Festival de Cannes (França), Gamescom (Alemanha), Feira do Livro de Frankfurt (Alemanha), Festival de Cinema de San Sebastián (Espanha), Womex (Espanha), Web Summit Lisboa (Portugal) e Ventana Sur (Buenos Aires).

“Com o CreativeSP, cumpri-

mos o objetivo de promover uma política cultural inovadora, como caminho de desenvolvimento humano, econômico e criativo. O CreativeSP é um programa de potencial imenso e que já transformou a realidade de muitos negócios do setor do cultural. Em breve, teremos novidades, mais investimento e resultados ainda mais grandiosos para as empresas do Estado de São Paulo”, afirma a secretária da Cultura, Economia e Indústria Criativas, Marília Marton.

Por conta dos bons resultados, o Governo de São Paulo anunciou, no último mês de outubro, a prorrogação do CreativeSP por cinco anos, além do aumento do orçamento anual do programa para R\$ 6,6 milhões. Nesse período, serão investidos R\$ 33 milhões, com uma projeção de novos negócios na casa

de R\$ 2 bilhões.

“Além de gerar emprego e renda, o setor de economia criativa é fundamental para acelerar a inovação e aumentar a competitividade do Estado. Por isso o esforço da nossa área internacional, inclusive dos escritórios da InvestSP na Europa e na América do Norte, para organizar as missões, gerar negócios e promover o setor cultural paulista lá fora”, diz o presidente da InvestSP, Rui Gomes.

O CreativeSP oferece um reembolso máximo de US\$ 3 mil em despesas elegíveis para custear até 50% dos gastos das empresas selecionadas com a viagem. O programa ainda promove eventos de networking durante as missões e oferece ações de consultoria, monitoramento de resultados e acompanhamento pós-evento.

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Inteligência Espiritual cada vez mais importante. Na volta dos vereadores(as) - quase todos em campanha pela reeleição - os cristãos e cristãs viverão profecias da literatura bíblica ...

PREFEITURA (São Paulo)

Interessante, do ponto de vista do marketing eleitoral 2024, o prefeito Nunes (MDB) não dizer quem deve ser seu - ou sua - vice de chapa e o governador Tarcísio dizer que não se mete ...

ASSEMBLEIA (São Paulo)

A Casa foi Escola de Jornalismo [editorias de política] como maior e mais importante Comitê da Imprensa. Até os anos 1990 ninguém passava por SP sem nos dar entrevista coletiva ...

GOVERNO (São Paulo)

Governador Tarcísio (Republicanos) vai aceitar o nome do coronel (reserva PM) Mello Araújo (ex-dirigente Ceagesp) pra vice do Ricardo Nunes (MDB) à prefeitura paulistana ? ...

CONGRESSO (Brasil)

Ex-senador e ex-ministro (Transportes), o atual deputado federal (SP) Antonio Carlos Rodrigues (PL) tá saudando os 70 anos das histórias da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) ...

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Paulo Pimenta (PT) - ministro da Comunicação do 3º governo do Lula (dono do PT) ‘explica e descomplica’ os usos pós-analógicos das linguagens (caso ABIN e Polícia Federal / família Bolsonaro) ...

PARTIDOS (Brasil)

Afinal, é o Jair Bolsonaro ou é o dono do PL - Costa Neto - quem manda na indicação de um vice na chapa pela reeleição do prefeito Nunes (MDB) em São Paulo. Costa Neto diz que será ele ...

JUSTIÇAS (Brasil)

Corinthiano roxo, Alexandre Moraes (Supremo) tá quase ‘intervindo’ no clube do seu coração. O manda-chuva (Supremo) não aguenta mais gozações de palmeirenses e são-paulinos ...

ANO 32

Jornalista Cesar Neto publica coluna de política - cesarneto.com - desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara São Paulo) e Colar Honra ao Mérito (Assembleia SP) como referência das Liberdades Concedidas por DEUS

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião
E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Brasil criou 1,48 milhão de empregos formais em 2023, aponta Caged

O Brasil registrou saldo positivo de 1.483.598 empregos formais em 2023, segundo o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado na terça-feira (30) pelo Ministério do Trabalho e Emprego. No acumulado do ano (janeiro a dezembro), foram registradas 23.257.812 admissões e 21.774.214 desligamentos.

O maior crescimento do emprego formal em 2023 ocorreu no setor de serviços, com a criação de 886.256 postos. No comércio, foram criados 276.528 postos; na construção 158.940; na indústria, 127.145; e na agropecuária, o saldo foi de 34.762 postos.

O salário médio de admissão foi R\$ 2.037,94.

Nas 27 unidades federativas ocorreram saldos positivos, com destaque para São Paulo (390.719

postos, +3%), Rio de Janeiro (160.570 postos, +4,7%) e Minas Gerais (140.836 postos, +3,2%). Nas regiões, as maiores gerações ocorreram no Sudeste, (726.327), Nordeste (298.188) e Sul (197.659). O maior crescimento foi verificado no Nordeste, 5,2%, com geração de 106.375 postos no ano.

A maioria das vagas criadas em 2023 foram preenchidas por homens (840.740). Mulheres ocuparam 642.892 novos postos. A faixa etária com maior saldo foi a de 18 a 24 anos, com 1.158.532 postos.

Os resultados de 2023 não atingiram as previsões do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que projetava a geração de mais de 2 milhões de empregos com carteira assinada no ano. Segundo o Caged,

postos ter sido influenciado pela informalidade, especialmente na agricultura, além de fatores econômicos como os juros e o endividamento, que teve uma queda insuficiente para influenciar no mercado de contratação.

“Do jeito que nós herdamos a gestão do país, eu creio que foi um número razoável. Não vamos comemorar, mas foi um número razoável dentro do primeiro ano de governo”, disse Marinho, acrescentando que a tendência para 2024 é haver um aumento na geração de empregos, especialmente pela retomada de projetos de infraestrutura.

Em dezembro, o Brasil registrou saldo negativo de 430.159 postos de trabalho com carteira assinada. No mês passado, foram 1.502.563 admissões e 1.932.722 demissões, segundo o Caged.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, a queda ocorreu devido ao ajuste sazonal realizado no mês.

“Dezembro não é o melhor mês do Caged, pelo contrário, é um mês em que as empresas fazem a rescisão de contratos, especialmente os contratos temporários. E tem também os estados, especialmente os contratos nas áreas de educação e saúde, que acabam rescindindo contratos”, explicou o ministro Luiz Marinho.

No último mês de 2023, os cinco grandes grupos de atividades econômicas registraram saldos negativos: serviços (-181.913 postos); indústria (-111.006 postos); construção (-75.631 postos); agropecuária (-53.660 postos) e comércio (-7.949 postos). (Agência Brasil)

Paraná busca parcerias com o Reino Unido em educação, infraestrutura e energia verde

O Paraná quer estreitar as parcerias com o governo britânico em áreas como educação, infraestrutura e energias renováveis, além de ampliar o comércio bilateral com o Reino Unido. Como parte desse processo, o vice-governador Darci Piana recebeu na segunda-feira (29), no Palácio Iguazu, a consuleira do Reino Unido em São Paulo, Sarah Clegg, para apresentar os potenciais e os projetos do Estado nessas áreas.

Piana destacou uma série de projetos em andamento no Paraná, como a Nova Ferroeste, único projeto de infraestrutura da América Latina incluído no Sustainable Markets Initiative (Iniciativa de Mercados Sustentáveis), fundo criado pelo rei Charles III para apresentar ao mercado privado soluções sustentáveis para a transição a um futuro mais saudável.

“Temos muitos projetos de infraestrutura em andamento, como a Nova Ferroeste e as concessões rodoviárias, que estão abertos para a participação de investidores estrangeiros. O Reino Unido já teve um papel importante na implantação de ferrovias no Brasil e pode ser um parceiro estratégico novamente nesta área junto com o Governo do Paraná”, salientou o vice-governador.

Um dos principais produtores de energia renovável do País, o Paraná quer avançar em novas fontes energéticas, como biogás, biometano e hidrogênio verde. “Um dos grandes interesses do governo britânico é na

área de energia renovável, com as nossas empresas tendo grande expertise nesse setor. O Paraná pode ser um parceiro em potencial nesse sentido”, afirmou a consuleira. “Queremos identificar os interesses em comum com o Estado para termos mais parcerias”.

Na área da educação, um dos destaques é o programa Ganhando o Mundo, que neste ano está levando mil alunos da rede estadual para um intercâmbio gratuito em países de língua inglesa, sendo que 50 deles já embarcaram para a Inglaterra. O interesse do Governo do Estado agora é na ampliação do ensino técnico dos estudantes e também a formação continuada dos professores, com a possibilidade de também enviá-los para um intercâmbio ao país europeu.

O Paraná também tem um histórico de parcerias bilaterais com o Reino Unido. Em 2022, a Invest Paraná realizou uma rodada de negócios com empresas britânicas na sede do consulado, em São Paulo. Um dos resultados do evento foi justamente a inclusão da Nova Ferroeste no Sustainable Markets Initiative.

A ideia agora é estreitar ainda mais esses negócios. Londres, a capital do Reino Unido, deve ser um dos destinos das missões internacionais promovidas pela Invest neste ano. A expectativa é que a agenda ocorra no segundo semestre de 2024, com foco nas áreas de energias renováveis, inovação, fundos de investimentos e agronegócio. (AENPR)

Dívida pública pode alcançar até R\$ 7,4 trilhões em 2024

Depois de encerrar 2023 em torno de R\$ 6,5 trilhões e em nível recorde, a Dívida Pública Federal (DPF) deverá chegar ao fim deste ano entre R\$ 7 trilhões e R\$ 7,4 trilhões. Os números foram divulgados na terça-feira (30) pelo Tesouro Nacional, que apresentou o Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública para 2024.

O plano, que apresenta metas para a dívida pública para este ano, não traz grandes mudanças em relação a 2023. O governo criou um espaço para elevar levemente a fatia de títulos prefixados (com taxas de juros fixas e definidas antecipadamente) e aumentar a participação dos papéis corrigidos pela taxa Selic (juros básicos da economia). Isso ocorreria mesmo com a expectativa de redução nos juros básicos, que estão em queda desde agosto do ano passado.

Segundo o documento, a parcela da DPF vinculada à Selic deverá encerrar o ano numa faixa entre 40% e 44%, contra 38% a 42% em 2023. Atualmente, está em 39,7%. A fatia dos títulos prefixados deverá encerrar o ano entre 24% e 28%, contra 23% a 27% em 2023. No fim de 2023, a participação estava em 26,5%.

A proporção da dívida pública corrigida por índices de preços deverá ficar entre 27% e 31%, contra 29% a 33% no ano passa-

do. Hoje está em 29,8%. Já a participação da dívida corrigida pelo câmbio, considerando a dívida pública externa, deverá encerrar o ano entre 3% e 7%. O percentual atual está em 4,1%. Os números não levam em conta as operações de compra e venda de dólares no mercado futuro pelo Banco Central, que interferem no resultado.

No ano passado, o PAF previa que a Dívida Pública Federal poderia encerrar 2023 entre R\$ 6 trilhões e R\$ 6,4 trilhões.

Em 2023, a DPF teve aumento de títulos corrigidos pela Selic, que subiram de 38,3% em dezembro de 2022 para 39,7% no mês passado, dentro da banda de 38% a 42% em vigor para o último ano. Segundo o Tesouro, isso se deveu ao nível alto da taxa Selic (juros básicos da economia), que atraiu de volta os investidores desses papéis.

A participação de papéis prefixados (com juros definidos no momento da emissão) caiu de 27% em 2022 para 26,5% em 2023. O percentual ficou próximo do limite máximo estabelecido pelo PAF de 2023, que estimava que a participação encerraria o ano entre 24% e 28%.

Durante a alta da Selic, os investidores tinham fugido dos títulos prefixados, mais sujeitos às oscilações de mercado e que pode trazer prejuízo se resgata-

do antes do prazo. No entanto, o interesse por esse tipo de papel voltou a aumentar no segundo semestre, quando os juros básicos começaram a cair.

A fatia de títulos corrigidos pela inflação subiu de 30,3% para 29,8%, dentro do intervalo estabelecido entre 27% e 31%. A dívida corrigida pelo câmbio, considerando a dívida pública externa, fechou 2023 em 4,1%, também dentro da margem de 3% a 7% estimada no PAF.

Os títulos corrigidos por taxas flutuantes aumentam o risco da dívida pública, porque a Selic pressiona mais o endividamento do governo quando os juros básicos da economia sobem. Em contrapartida, quando o Banco Central reduz os juros básicos, a parte da dívida interna corrigida pela Selic diminui imediatamente.

Em tese, os papéis prefixados trazem mais previsibilidade. Isso porque os juros desses títulos são definidos no momento da emissão e não varia ao longo do tempo. Dessa forma, o Tesouro sabe exatamente quanto pagará de juros daqui a vários anos, quando os papéis vencerem e os investidores tiverem de ser reembolsados. No entanto, os títulos prefixados têm taxas mais altas que a da Selic e aumentam o custo da dívida pública em momentos de instabilidade econômica.

O Plano Anual de Financia-

mento também abriu uma margem para aumentar o prazo da DPF. No fim de 2023, o prazo médio ficou em 4 anos. O PAF estipulou que ficará entre 3,8 e 4,2 anos no fim de dezembro. O Tesouro divulga as estimativas em anos, não em meses. Já a parcela da dívida que vence nos próximos 12 meses encerrará 2024 entre 17% e 21%. Atualmente, está em 20,1%.

Segundo o Tesouro, o governo tem dois mecanismos de segurança para garantir a capacidade de financiamento em caso de crise econômica que não permita ao Tesouro lançar títulos no mercado. Em primeiro lugar, o governo tem reservas internacionais suficientes para pagar os vencimentos da dívida pública externa até janeiro de 2025, que totalizam R\$ 44,6 bilhões. Além disso, o governo tem um colchão de R\$ 982 bilhões para cobrir 7,6 meses dos vencimentos da dívida pública interna, acima do nível recomendado de três meses de vencimentos.

Por meio da dívida pública, o Tesouro Nacional emite títulos e pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos. Em troca, o governo compromete-se a devolver os recursos com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic, a inflação, o câmbio ou ser prefixada, definida com antecedência. (Agência Brasil)

Inflação do aluguel volta a perder força depois de seis meses

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), que serve como base para o reajuste dos contratos de aluguel, voltou a desacelerar depois de seis meses e fechou janeiro em 0,07%. O resultado foi divulgado pela Fundação Getúlio Vargas na terça-feira (30). No acumulado de 12 meses, a taxa acumulada deflação de 3,32%, ou seja, inflação negativa. Em dezembro, esse consolidado era de -3,18%.

O IGP-M de janeiro representa uma inflexão no índice, que vinha ganhando força desde julho de 2023, quando alcançou -1,93%. Desde então, a inflação do aluguel acelerou seguidamente até fechar dezembro do ano passado em 0,74%.

O indicador da FGV é composto por três classes de preços: o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede a variação dos custos no atacado; o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que calcula a cesta de consumo das famílias; e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC).

Atacado
Em janeiro, o IPA ficou negativo em 0,09%, ajudando a frear o IGP-M. Os preços das matérias-primas brutas, que arrefeceram de

3,06% para 0,49% entre dezembro e janeiro, foram um dos principais responsáveis por esse resultado.

A desaceleração desse grupo foi influenciada principalmente por itens como a soja em grão, que passou de uma alta de 2,03% para queda de 5,98%; o minério de ferro, que reduziu seu aumento de 4,63% para 2,87%, e o milho em grão, cuja taxa diminuiu de 11,30% para 6,22%.

O IPC registrou variação de 0,59%. No mês anterior, tinha sido de 0,14%. O maior impacto de alta veio do grupo alimentação, cuja taxa de variação passou de 0,55% para 1,62% entre dezembro e janeiro. De acordo com a FGV, “os preços dos alimentos *in natura* subiram, refletindo problemas de ofertas típicas da estação”.

A taxa de variação do INCC permaneceu estável, passando de 0,26% para 0,23%.

O IGP-M é conhecido como inflação do aluguel pois costuma ser utilizado para reajustar anualmente os contratos de moradia. O indicador também é utilizado como indexador de contratos de empresas de serviço, como energia elétrica, telefonia, educação e planos de saúde. (Agência Brasil)

Mercado reduz para 3,81% previsão para inflação de 2024

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação oficial do país - teve redução, passando de 3,86% para 3,81% este ano.

A estimativa está no Boletim Focus da terça-feira (30), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para os próximos anos - 2025, 2026 e 2027, a projeção da inflação permaneceu em 3,5%.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Para 2025 e 2026, as metas de inflação estão fixadas em 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em dezembro de 2023, a inflação do país foi de 0,56%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, o IPCA fechou o ano passado com alta acumu-

lada de 4,62%.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em 11,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Após sucessivas quedas no fim do primeiro semestre de 2023, a inflação voltou a subir na segunda metade do ano, mas essa alta era esperada por economistas.

O comportamento dos preços fez o BC cortar os juros quatro vezes no semestre passado, em todas as reuniões do Copom. Em ata divulgada, o colegiado informou que continuará a promover novos cortes de 0,5 ponto nas próximas reuniões, mas não detalhou quando vai parar de reduzir a taxa Selic. Segundo o BC, o momento dependerá do comportamento da inflação no primeiro semestre de 2024.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 9% ao ano. A primeira reunião do Copom neste ano ocorreu na terça-feira (30) e amanhã (31) e os analistas esperam que a Selic seja reduzida a 11,25%. Para o fim de 2025, 2026 e 2027, a previsão é de Selic em 8,5% ao ano.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Se-

lic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, energia e combustíveis. Por um ano, até agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo,

reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano permaneceu em 1,6%. Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 2%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro projeta expansão do PIB também em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, no terceiro trimestre do ano passado a economia brasileira cresceu 0,1%, na comparação com o segundo trimestre de 2023, de acordo com o IBGE. Entre janeiro e setembro, a alta acumulada foi de 3,2%.

Com o resultado, o PIB está novamente no maior patamar da série histórica, ficando 7,2% acima do nível de antes da pandemia, registrado nos três últimos meses de 2019. Os dados do quarto trimestre de 2023, com o consolidado do ano, será divulgado pelo IBGE em 1º de março.

A previsão de cotação do dólar está em R\$ 4,92 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5. (Agência Brasil)



TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS XVI S.A.

CNPJ/MF nº 38.419.815/0001-87 - NIRE: 35300555038

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE DEBÊNTURES DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERTÍVEIS EM AÇÕES, EM 4 SÉRIES, SENDO 3 SÉRIES DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, E 1 SÉRIE DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS XVI S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. titulares das Debêntures da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, em 4 séries, sendo 3 séries da espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, e 1 série da espécie Subordinada, para Colocação Privada, da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XVI S.A. ("Titulares de Debêntures" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, em 4 séries, sendo 3 séries da espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, e 1 série da espécie Subordinada, para Colocação Privada, da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XVI S.A. ("Escritura de Emissão"), a realizar-se em Assembleia Especial de Debentistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 22 de fevereiro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debentistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada; (ii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Debentistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou a não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido na Escritura de Emissão, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debentistas, previamente à realização da Assembleia, àquelas que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, assembleias@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debentistas deverão acessar o link de acesso a reunião com no menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ato dos Debentistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debentistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": i) Se demais participante física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debentistas; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debentistas (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XVI S.A.
 Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS XXV S.A.

CNPJ: 45.741.898/0001-97 - NIRE: 35300558992

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE DEBÊNTURES DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERTÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS XXV S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. titulares das Debêntures da 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERTÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA EMISSORA ("Titulares de Debêntures" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERTÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS XXV S.A. ("Escritura de Emissão"), a realizem-se em Assembleia Especial de Debentistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 21 de fevereiro de 2024, às 16:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debentistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada; (ii) A aprovação ou não da contratação da VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a exercer a função de instituição custodiante, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob nº 22.610.500/0001-88, na função de Digital; e (iii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Debentistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou a não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido na Escritura de Emissão, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debentistas, previamente à realização da Assembleia, àquelas que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, assembleias@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debentistas deverão acessar o link de acesso a reunião com no menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ato dos Debentistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debentistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debentistas; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debentistas (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.
 Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS X S.A.

CNPJ: 37.901.961/0001-87 - NIRE: 35300553501

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE DEBÊNTURES DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERTÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS X S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. titulares das Debêntures da 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERTÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA EMISSORA ("Titulares de Debêntures" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da ESCRITURA DA (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERTÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS X S.A. ("Escritura de Emissão"), a realizem-se em Assembleia Especial de Debentistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 21 de fevereiro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debentistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada; (ii) A aprovação ou não da contratação da VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a exercer a função de instituição custodiante, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob nº 22.610.500/0001-88, na função de Digital; e (iii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Debentistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou a não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido na Escritura de Emissão, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debentistas, previamente à realização da Assembleia, àquelas que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, assembleias@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debentistas deverão acessar o link de acesso a reunião com no menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ato dos Debentistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debentistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debentistas; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debentistas (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros X S.A.
 Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

PERKONS S/A

CNPJ/ME nº 82.646.332/0001-02 - NIRE 41300020728

ATA DA 70ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 28 dias do mês de dezembro de 2023, às 11:00 horas, na sede da **Perkons S/A**, localizada na Rua Inajá, nº 366, bairro Centro, na cidade de Pinhais, Estado do Paraná, CEP 83324-050 (doravante denominada **Companhia**).

2. PRESENÇA: Acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme se depreende das assinaturas no livro de Presença de acionistas.

3. COMPOSIÇÃO DA MESA: Para presidir os trabalhos Sr. Regis Eidi Nishimoto e o Sr. Walter Alberto Mitt Schause para Secretário.

4. CONVOCAÇÃO: Dispensadas as formalidades de convocação, de acordo com o Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas posteriores alterações ("LSA").

5. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) o aumento do capital social da Companhia; (ii) alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; (iii) consolidação do Estatuto Social; e (iv) autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações propostas e aprovadas pelas acionistas da Companhia.

6. DELIBERAÇÕES: Após discutida a matéria constante da ordem do dia, os acionistas presentes, por unanimidade de votos:

(i) aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 10.320.000,00 (dez milhões, trezentos e vinte mil reais), proporcionalmente ao capital social detido pelos acionistas, com a emissão de 2.715.789 (dois milhões setecentos e quinze mil, setecentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos), as quais são subscritas e integralizadas neste ato, mediante conferência de créditos, nos termos do Boletim de Subscrição constante do Anexo I, parte integrante desta ata. Em virtude da deliberação acima, o capital social que era de R\$ 47.600.000,00 (quarenta e sete milhões e seiscentos mil reais), dividido em 12.580.084 (doze milhões, quinhentas e oitenta mil e oitenta e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passa a ser de R\$ 57.920.000,00 (cinquenta e sete milhões, novecentos e vinte mil reais), dividido em 15.235.873 (quinze milhões, duzentas e trinta e cinco mil, oitocentas e setenta e três) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal.

(ii) Em razão do aumento do capital social deliberado acima, aprovaram a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social é de R\$ 57.920.000,00 (cinquenta e sete milhões, novecentos e vinte mil reais), dividido em 15.235.873 (quinze milhões, duzentas e trinta e cinco mil, oitocentas e setenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional e bens.

Parágrafo Único. Cada ação ordinária nominativa dará direito a um voto nas Assembleias Gerais."

(iii) Aprovar a consolidação do Estatuto Social, que passa a vigorar com a redação do Anexo I, parte integrante desta ata.

(iv) Autorizar, por unanimidade e sem quaisquer oposições, os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações propostas e aprovadas na presente Assembleia.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário para a lavratura desta ata no livro próprio e que, depois de lida em sessão aberta, foi aprovada por unanimidade pelos acionistas presente, Eu, Walter Alberto Mitt Schause, Secretário, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e pelo Presidente da Assembleia. Certifico que a presente ata é cópia fiel do original lavrado no livro de Atas das Assembleias Gerais. Acionistas presentes: Dargos Participações S/A (por Samuel Dzirnar Schause); Naudin Participações S/A (por Walter Alberto Mitt Schause); e Laime Participações S/A (por Donald Eimar Schause).

Pinhais, 28 de dezembro de 2023.

Mesa: Regis Eidi Nishimoto - Presidente; Walter Alberto Mitt Schause - Secretário

ANEXO I - BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Boletim de subscrição referente ao aumento de capital da PERKONS S/A, aprovado na 50ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2023 mediante a emissão de 2.715.789 (dois milhões setecentos e quinze mil, setecentos e oitenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos) cada uma, totalizando um aumento de R\$ 10.320.000,00 (dez milhões, trezentos e vinte mil reais).

Subscritor	Espécie de Ação	Número de Ações Subscritas	Valor da Integralização (R\$)	Forma de Integralização
LAIME PARTICIPAÇÕES S/A, com sede na Rua Presidente Epitácio Pessoa, nº 730, bairro Turibiana, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 82.530-270, CNPJ/ME sob nº 05.973.683/0001-87 e na JUCEPAR sob NIRE 41300020884	Ordinária Nominativa Sem Valor Nominal	905.263	3.440.000,00	Integralização por meio da conversão de capital, no valor de R\$ 3.440.000,00
NAUDIN PARTICIPAÇÕES S/A, com sede na Rua das Belugas, nº 291, bairro Alphaville Graciosa, na cidade de Pinhais, Estado do Paraná, CEP 83327-126, CNPJ/ME sob nº 05.610.293/0001-42 e na JUCEPAR sob NIRE 41300021007	Ordinária Nominativa Sem Valor Nominal	905.263	3.440.000,00	Integralização por meio da conversão de crédito em capital, no valor de R\$ 3.440.000,00
DARGOS PARTICIPAÇÕES S/A, com sede na Rua Visconde de Nacar, nº 1.510 - conjunto 907, 9º andar, bairro Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.410-201, CNPJ/ME sob nº 05.579.097/0001-52 e na JUCEPAR sob NIRE 41300020949	Ordinária Nominativa Sem Valor Nominal	905.263	3.440.000,00	Integralização por meio da conversão de crédito em capital, no valor de R\$ 3.440.000,00

Acionistas: LAIME PARTICIPAÇÕES S/A; NAUDIN PARTICIPAÇÕES S/A; DARGOS PARTICIPAÇÕES S/A

ANEXO II - ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1º - PERKONS S/A é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente Estatuto Social, por Acordo de Acionistas arquivado na sede social, pela Lei 6.404/76 ("Lei das S.A.") e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º - A sociedade tem sede na cidade de Pinhais, Estado do Paraná, na Rua Inajá, nº 366, Centro, CEP 83.324-050.

Parágrafo Primeiro - A sociedade possui as seguintes filiais e sucursais: (a) Filial 1: na Cidade de Colombo, Estado do Paraná, na Avenida Marginal José de Anchieta, nº 458, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.646.332/0003-74; (b) Filial 2: na Cidade de Pinhais, Estado do Paraná, na Rua Humberto de Alencar Castelo Branco, no 388, inscrita no CNPJ sob nº 82.646.332/0004-55; (c) Filial 3: na Cidade de Caricaica, Estado do Espírito Santo, Localizada na Rodovia Governador Mario Covas, 10600 Galpão 24, CEP 29.147-030, inscrita sob o CNPJ 82.646.332/0005-36; (d) Filial 4: na cidade de Redenção, Estado do Pará, Localizada na Rua Marabá, 493, Sala C, Morada da Paz, CEP 68.550-400; (e) Sucursal 1: na República do Equador, Cidade de Guayaquil, no endereço Los Rios, 606 y Iero de Mayo, Edificio Fiesta, 2do Piso, Oficina 6; (f) Sucursal 2: na República do Peru, Cidade de Callao, no endereço Urv. Santa Marina Sur, Avenida Federal Faramandri, 471, CEP: C-01

Parágrafo Segundo - A sociedade poderá, por deliberação da diretoria, instalar ou encerrar filiais, sucursais, lojas, depósitos, agências, escritórios e demais estabelecimentos que julgar necessários ao desenvolvimento da empresa, os quais não terão capital próprio, em qualquer localidade do país ou do exterior.

Art. 3º - A duração da sociedade é por prazo indeterminado.

Art. 4º - A sociedade tem por objeto social:

(a) fabricação, comercialização, instalação e locação de máquinas industriais, aparelhos e equipamentos eletro-eletrônicos e de teleinformática em geral, equipamentos e softwares para controle, fiscalização e gerenciamento de transito, softwares em geral, e outros produtos afins e correlatos;

(b) desenvolvimento de projetos e pesquisas de equipamentos eletro-eletrônicos e de teleinformática em geral; equipamentos e softwares para controle, fiscalização e gerenciamento de transito, softwares em geral, e outros produtos afins e correlatos, bem como sua produção e comercialização;

(c) participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia Acionista, parceira ou consorciada;

(d) prestação de serviços de representação comercial de outras sociedades nacionais e estrangeiras, por conta própria ou de terceiros, de produtos ou serviços;

(e) importação e exportação de matérias primas, máquinas, equipamentos, produtos acabados, tecnologia e serviços na área eletro-eletrônica e teleinformática;

(f) prestação de serviços de instalação, manutenção, operação e de processamento de informações, inclusive imagens, de equipamentos eletro-eletrônicos, de teleinformática, de controle e fiscalização eletrônica de trânsito;

(g) prestação de serviços de supervisão, gerenciamento e execução de impressão, por quaisquer meios, de documentos de qualquer natureza, mais-direta, autos de infração, extratos, imagens, envolvimento e distribuição dos mesmos, inclusive entrega domiciliar;

(h) execução de obras civis, elétricas, eletrônicas, eletrônicas e de telecomunicações na instalação de equipamentos para controle e gerenciamento de trânsito e na sinalização horizontal e vertical, em vias urbanas e rodovias;

(i) construção, operação e manutenção de redes de telecomunicações, de longa e média distância inclusive;

(j) provedor de acesso às redes de comunicações realizando as atividades que possibilitam o acesso direto de usuários às informações armazenadas em computadores, produzidas ou compiladas por terceiros, através de redes de telecomunicações, inclusive da internet;

(k) execução de serviços de telecomunicações, no regime como a exploração de Serviços de Comunicação Multimídia (SCM) prestados em âmbito nacional e internacional, no regime privado, que possibilitam a oferta de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, utilizando quaisquer meios, a assinantes dentro de uma área de prestação de serviço, caracterizando-se como serviço fixo de telecomunicações de interesse coletivo;

(l) transformações ou modificações de veículos automotores;

(m) elaboração de projetos, consultoria e assessoramento nas áreas de segurança e educação de trânsito;

(n) preparação de documentos e serviços de apoio administrativo;

(o) serviços de malote não realizados pelo correio nacional;

(p) serviços de entrega rápida;

(q) atividades de cobranças e informações cadastrais;

(r) atividades de teletendimento;

(s) Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Art. 5º - O Capital Social é R\$ 57.920.000,00 (cinquenta e sete milhões, novecentos e vinte mil reais), dividido em 15.235.873 (quinze milhões, duzentas e trinta e cinco mil, oitocentas e setenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional e bens.

Parágrafo Único - Cada ação ordinária nominativa dará direito a um voto nas Assembleias Gerais.

Artigo 6º - Os Acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas nos aumentos de capital social da Companhia, na proporção do número de ações que possuírem. Esse direito será considerado em "documentos de representação". i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debentistas; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debentistas (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador.

Artigo 7º - A Companhia e os Acionistas observarão os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia quaisquer deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração (quando existente) e/ou da Diretoria que contrariem o disposto em Acordo de Acionistas arquivado em sua sede.

Parágrafo Primeiro - O presidente da Assembleia Geral e o presidente da Reunião do Conselho de Administração, conforme aplicável, não computarão qualquer voto proferido com infração a Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

Parágrafo Segundo - A Companhia não registrará nos livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia, aos Acionistas e a terceiros, a transferência ou oneração de quaisquer ações em violação a Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

Parágrafo Terceiro - A Companhia manterá disponível aos Acionistas em sua sede cópias dos contratos com partes relacionadas, Acordos de Acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

Parágrafo Quarto - As obrigações e responsabilidades resultantes de tais Acordos serão válidas e obrigatórias terceiros, hereditárias e acessórias.

CAPÍTULO IV - DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Artigo 8º - A Assembleia Geral, órgão deliberativo da Companhia, reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem, permitida a convocação e a realização simultânea de Assembleias ordinária e extraordinária.

Parágrafo Primeiro - As Assembleias Gerais serão convocadas pela diretoria ou por Acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante.

Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral será presidida por um Diretor da Companhia, e na sua falta, pelo outro Diretor. O convidado será Acionista, dentre os presentes, para secretariar os trabalhos, observado o disposto em Acordo de Acionistas arquivado na sede social.

Artigo 9º - Os Acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (hum) ano, que seja Acionista, administrador da Companhia ou advogado, de acordo com o artigo 126, §1º, da Lei 6404/76.

Artigo 10 - À Assembleia geral compete o exercício das atribuições que lhe são conferidas em lei e neste estatuto social, sempre se observando o que disposto em Acordos de Acionistas, sendo que competirão exclusivamente à Assembleia Geral as deliberações sobre:

- (a) alteração do Estatuto Social da sociedade;
- (b) fixação de plano de investimentos e orçamentos anuais;
- (c) aumento do Capital Social da sociedade por subscrição em dinheiro, bens ou créditos, bem como a redução do Capital Social para restituição aos Acionistas, exceto na hipótese de aumentos expressamente contemplados no Plano de Negócios em vigor de acordo com situações específicas previstas no Acordo de Acionistas;
- (d) eleição, aceitação de renúncia e destituição de Diretores, bem como a fixação das respectivas atribuições, observando o que, a respeito, dispuser o Estatuto;
- (e) realização de operações de crédito de qualquer natureza com Acionistas, seus controladores, os administradores, funcionários e parentes de quaisquer destes;
- (f) aprovação da avaliação de bens que eventualmente venham a compor o Capital Social da Companhia;
- (g) abertura de capital, adoção de regime de capital autorizado e de aprovação de planos de opção de compra de ações;
- (h) emissão, compra, amortização ou resgate de ações, debêntures, convertíveis ou não, partes beneficiárias de subscrição e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários;
- (i) aquisição, resgate ou compra de ações da Companhia, bem como a posterior alienação das ações porventura em tesouraria;
- (j) atribuição a terceiros (inclusive administradores e empregados) de participação nos lucros da Companhia;
- (k) autorização para prática de ato ou celebração de negócio jurídico que constitua obrigação para a Companhia de valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), excetuando-se o disposto no artigo 14, parágrafo 5º, deste Estatuto;
- (l) autorizar a Diretoria ou procurador a prestar em nome da Companhia garantias de aval, fiança ou quaisquer outras modalidades de garantias a terceiros;
- (m) deliberar acerca das matérias da lista subtermeias.

Art. 11 - Compete ainda à Assembleia fixar a remuneração da diretoria.

Parágrafo Único - Todas as deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria de votos dos Acionistas presentes, exceto: (i) se a legislação vigente estabelecer quórum mais elevado, que deverá ser expressamente mencionada na ata da Assembleia Geral em questão; ou (ii) se previsto de forma distinta em Acordo de Acionistas arquivado na sede social.

Art. 12 - A Assembleia Geral poderá deliberar a transformação do tipo societário da companhia, mediante o voto dos Acionistas que representem a maioria absoluta do capital da sociedade.

CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 13 - A Sociedade será administrada, no momento, por uma Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, composta por 2 (dois) membros, Acionistas ou não, residentes no país, sendo: (a) um Diretor Comercial; e (b) um Diretor Técnico.

Parágrafo Primeiro - Os Diretores serão eleitos para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo - Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos trinta dias que se seguirem a sua eleição, dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Terceiro - Findo o mandato, os membros da diretoria permanecerão no exercício de seus cargos, até a investidura dos novos membros eleitos.

Parágrafo Quarto - Na ausência ou impedimento temporário de um dos Diretores haverá a substituição pelo outro Diretor ou por Procurador regularmente constituído pela Companhia na forma do art. 15 abaixo.

Parágrafo Quinto - Em caso de vacância definitiva de um cargo da Diretoria, deverá ser convocada Assembleia Geral Extraordinária no prazo de 30 (trinta) dias a contar da vacância do cargo, para eleição de novo membro.

Parágrafo Sexto - Os deveres e atribuições específicos dos Diretores serão aqueles estabelecidos no Estatuto Social, devendo os Diretores observarem, no exercício de suas funções, o Plano de Negócios e os orçamentos anuais aprovados pela Assembleia Geral, conforme aplicável.

Parágrafo Sétimo - A aprovação de deliberações no âmbito da Diretoria dependerá do voto afirmativo da totalidade dos seus membros, exceto pelas matérias e valores trazidos a seguir que dependerão de aprovação em Assembleia Acionistas:

- a) aprovação das atividades operacionais superiores a R\$3.000.000,00 (três milhões reais), individualmente consideradas;
- b) a aprovação de todas as atividades de compra e venda de ativos imobilizados acima de R\$100.000,00 (cem mil reais), individualmente consideradas;

Parágrafo Oitavo - Qualquer ato praticado por qualquer Diretor que envolva a Companhia em obrigações ou responsabilidades distintas dos negócios e transações incluídas em seu objeto social é expressamente proibido e deve ser considerado nulo e sem qualquer efeito.

Art. 14 - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer um dos Dire

Brasil pode registrar até 4,2 milhões de casos de dengue em 2024

Brasil e Bolívia assinam acordo para ampliar produção de fertilizantes

Os governos do Brasil e da Bolívia assinaram, na terça-feira (30), um memorando de entendimento para, conjuntamente, ampliarem a produção de fertilizantes. O acordo prevê a realização de estudos para a construção de fábricas de fertilizantes nitrogenados; para o mapeamento geológico e pesquisa mineral, além de medidas para ampliar e facilitar o comércio dos insumos.

Segundo o memorando, divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores, a cooperação estratégica pode viabilizar a realização de estudos sobre a viabilidade e o potencial econômico de projetos em Três Lagoas (MS) e Cuiabá (MT), no Brasil; e em Porto Quijarro (Santa Cruz), Uyuni (Potosí), Copaisa (Oruro) e Santivañez (Cochabamba), na Bolívia.

A implementação do memorando será conduzida por um grupo de trabalho conjunto, composto por representantes das áreas técnicas, que terá a responsabilidade de elaborar um plano estratégico de cooperação, em conformidade com as leis brasileiras e bolivianas.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, a Bolívia tem grandes reservas de gás natural - matéria-prima fundamental para a produção dos nitrogenados, além de minerais usados em outros tipos de nutrientes. Contudo, carece de capacitação e de recursos para desenvolver suas cadeias.

“Carência que o memorando tenta reduzir ao prever ações

de cooperação técnica, plano de desenvolvimento industrial e programa de atração de investimento, entre outras medidas”, informou a pasta, em nota.

O memorando foi assinado no âmbito da visita da chanceler boliviana, Celinda Sosa Luna, que veio pela segunda vez ao Brasil desde novembro de 2023, acompanhada pelos ministros de Hidrocarbonetos, Franklin Molina, e de Desenvolvimento Rural e Terras, Remy Gonzáles, a fim de tratar de temas de interesse bilaterais.

O Brasil é o maior parceiro comercial da Bolívia. Em 2022, a corrente de comércio bilateral totalizou US\$ 3,3 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 1,8 bilhão e importações de US\$ 1,5 bilhão. A Bolívia é o principal fornecedor de gás natural ao mercado brasileiro e, nessa condição, exerce papel essencial para a segurança energética do Brasil.

Durante o encontro, no Palácio do Itamaraty, os representantes dos dois países também assinaram um acordo que estabelece que as partes reconheçam, reciprocamente, a validade das carteiras de habilitação emitidas no Brasil e na Bolívia. A medida visa a permitir que os motoristas habilitados possam conduzir veículos no território vizinho e agilizar o trânsito rodoviário. Para quem não estiver residindo legal, a autorização para dirigir portando o documento de seu país de origem terá validade de 180 dias contados a partir da data de entrada no território vizinho. (Agência Brasil)

Ação preventiva com agressores pode evitar feminicídios

Ameaças, depois violência física, até o assassinato - a pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) Débora Piccirillo, disse que ações extremas de violência costumam ser precedidas de outras agressões. Por isso, ela acredita que são necessárias ações para lidar com homens denunciados por agressão de forma a evitar feminicídios. A especialista comentou o aumento do número de assassinatos motivados por questões de gênero no estado de São Paulo.

De acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) de São Paulo, foram registrados como feminicídio 221 mortes de mulheres em 2023. O número é o maior desde 2018, quando os registros foram diferenciados do total de homicídios.

“Em muitos casos, as mulheres já tinham feito algum tipo de denúncia de violência. A gente costuma falar de uma contínua violência de gênero. Ameaças, comentários que afetam o psicológico, violências não visíveis, até as violências físicas e, no final, o feminicídio. É comum esse tipo de trajetória. É comum que a mulher tenha buscado ajuda, ela tenha comentado com alguém, ela tenha ido na delegacia, feito uma queixa”, diz sobre o padrão que se repete, muitas vezes sem uma intervenção que evite a morte da vítima.

Ao comentar o aumento do número de feminicídios, a SSP afirmou que tem se dedicado a examinar a dinâmica desse tipo de crime. A partir da análise dos casos de 2023, a secretaria destaca que em 83,2% das situações a vítima havia sofrido violência doméstica anteriormente. Em 56,1% dos casos, a mulher tinha uma relação afetiva com o agressor e em 39,3%, tinha uma ligação familiar ou de amizade.

A secretaria diz ainda que desenvolveu um projeto para que os agressores recebam uma torção eletrônica ao serem soltos nas audiências de custódia.

Mudança de comportamento

A medida é interessante, na avaliação da pesquisadora. “A torção eletrônica, de uma forma ou de outra, até ajuda esse trabalho da polícia, de ver, olha, esse cara aqui, avisando que ele está perto demais da mulher. Ela [polícia] pode fazer uma intervenção naquele momento imediato, que vai impedir que esse homem agrida ou ataque essa mulher novamente”, analisa.

Débora vê a necessidade de um trabalho mais profundo para conter a violência de forma mais definitiva. “Você precisa de uma política de mais longo prazo, que traga esse homem para a discussão. Porque mesmo que, em algum momento, ele pare de perseguir essa mulher específica, porque ele está sendo punido, porque ele está sendo monitorado, em algum momento ele vai ter um relacionamento com outra pessoa, com outra mulher. Ele precisa mudar essa forma de se comportar, senão ele vai fazer mais uma vítima”, acrescenta.

O aumento do número de feminicídio coincide, segundo a especialista, com um crescimento “expressivo de demonstrações de ódio, de caráter misógino, o que pode contribuir para a realização de atos extremos”, que vem sendo observado nos últimos anos. “Tem uma questão de relação de gênero, de como os homens têm se expressado nas relações íntimas, principalmente em termos de ciúme, em termos de sensação de posse”, enfatiza.

Esse sentimento está, de acordo com Débora, no centro das motivações que levam os homens a cometerem atos de violência extrema, como o assassinato. “Os homens se sentem meio que possuidores das mulheres, no sentido de escolher o destino, escolher se ela vai ficar com ele ou não, se ela vai viver ou não”, diz. “Quando elas decidem encerrar uma relação, o homem não aceita, é simplesmente inaceitável para ele que ela faça essa escolha”, acrescenta. (Agência Brasil)

O ano de 2024 deve registrar 1.960.460 casos de dengue no Brasil. Essa estimativa, entretanto, pode variar de 1.462.310 até 4.225.885 de casos. Os números foram divulgados na terça-feira (30), em Brasília, pelo Ministério da Saúde, durante encontro entre representantes da Sala Nacional de Arboviroses, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

Nas quatro primeiras semanas do ano, o país já contabiliza um acumulado de 217.841 casos prováveis da doença. Há ainda 15 mortes confirmadas e 149 em investigação.

A incidência é de 107,1 casos para cada grupo de 100 mil habi-

tantes, enquanto a taxa de letalidade está em 0,9%. No balanço anterior, que englobava as três primeiras semanas de 2024, o país registrava 12 mortes e 120.874 casos prováveis da doença. Havia ainda 85 óbitos em investigação.

A distribuição da vacina contra a dengue para os 521 municípios brasileiros selecionados pode começar na segunda semana de fevereiro. A ministra da Saúde, Nísia Trindade, disse na terça-feira (30) que as doses ainda não começaram a ser entregues em razão de uma exigência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a ser cumprida pelo laboratório Takeda, responsável pela produção do imunizante.

Brasil fica atrás de países do G20 no quesito segurança pública

Atual ocupante da presidência temporária do G20, grupo formado pelas principais economias do mundo, o Brasil fica para trás quando o assunto é segurança pública. O estudo Panorama da competitividade dos países do G20 Brasil 2024, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), coloca o país na 25ª posição em uma lista de 27 nações, superando apenas México e África do Sul.

No levantamento, a Firjan analisa dados de 18 países que formam o G20 ao lado do Brasil (África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia) e de oito convidados para participar de diálogos e discussões: Angola, Egito, Emirados Árabes, Espanha, Nigéria, Noruega, Portugal e Singapura.

O estudo tem como referência metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) referentes a oito temas que fazem parte da agenda do G20 Brasil 2024: clima; crédito; economia e emprego; infraestrutura; mulheres, diversidade e inclusão nos negócios; segurança pública; sistemas alimentares sustentáveis e agricultura; e transição energética.

No campo da segurança pública, foram considerados os indicadores de porcentagem da população que se sente segura ao andar à noite sozinha na região em que mora e o número de homicídios por 100 mil habitantes.

Em 2022, O Brasil apresentou percentual de 48% e taxa de 22,38 homicídios por 100 mil pessoas.

De acordo com a Firjan, isso significa alcançar 34% na evolução das metas de segurança estipuladas pela ONU. O conjunto dos 27 países apresenta patamar de 79%.

De acordo com o gerente de Infraestrutura da Firjan, Isaque Ouverney, o indicador une dados objetivos de criminalidade, no caso dos homicídios, com a sensação subjetiva percebida pelas pessoas. “São dois aspectos que se complementam. A ideia, de fato, da redução do número de homicídio no Brasil como uma necessidade, mas também a necessidade de melhoria da própria sensação de segurança da população.”

O ranking de segurança pública é liderado por Singapura, com 100% de alcance das metas. Em seguida, figuram Emirados Árabes Unidos, China, Noruega e Arábia Saudita, todos com mais de 99% de atingimento.

Segundo Ouverney, além da questão social, a segurança pública - e a falta dela - reflete-se na geração de emprego e renda em determinadas localidades. “Segurança pública é, sem dúvida alguma, fator de competitividade para atração e retenção de indústrias. Assim como regiões seguras tendem a atrair mais investimentos, regiões que não apresentam boas condições de segurança tendem a repelir, a ter mais dificuldade de atrair investimentos e de retê-los. Indústrias localizadas em áreas de risco tendem a não fazer ampliações e, eventualmente, até avaliar sair de determinada localidade por questões de segurança”, explica.

Na avaliação da Firjan, o desafio da segurança pública deve ser enfrentado com ações amplas, planejadas e integradas entre todas as esferas de governo. “Não

é exclusivamente uma questão de governo federal, nem do estadual, diz Ouverney. Os municípios têm também papel importante, quando se fala, por exemplo, da sensação de segurança, da questão do combate ao mercado ilegal. “Existe uma ilegalidade de comércio de produtos contrabandeados, frutos de roubo ou furto, que depende de uma ação efetiva dos municípios no combate a esse tipo de criminalidade.”

Para Ouverney, são necessárias ainda ações de conscientização da própria população. “Por exemplo, em relação ao mercado ilegal, as consequências da compra de produtos contrabandeados, como eles retroalimentam o crime organizado e a insegurança.” Ele defende a adoção de iniciativas pelo Poder Legislativo, como regulações, “no sentido de inibir a ampliação no mercado ilegal e de favorecer o mercado formal”.

Em contrapartida ao desempenho ruim do Brasil no tema segurança pública, o país se destaca positivamente no ranking de oportunidades de transição energética, ficando apenas atrás da Noruega. Para a Firjan, o Brasil está na “vanguarda mundial”, com obtenção de 90,6% das metas dos objetivos do milênio da ONU.

Além de ter 87% de sua capacidade de geração elétrica composta por fontes renováveis, o Brasil tem matriz energética diversificada, na qual biocombustíveis como o etanol contribuem fortemente para a redução da emissão dos gases de efeito estufa, diz o estudo.

“O desafio que a economia brasileira ainda precisa superar em relação ao tema refere-se às questões de modernização e ao aperfeiçoamento do arcabouço

de 2023 - o grupo respondeu por 16,4 mil hospitalizações, atrás apenas dos idosos, grupo para o qual a vacina não foi autorizada. O esquema vacinal será composto por duas doses, com intervalo de três meses entre elas.

A definição de um público-alvo e de regiões prioritárias para a imunização foi necessária em razão da capacidade limitada de fornecimento de doses pelo laboratório fabricante da vacina. A primeira remessa, com cerca de 757 mil doses, chegou ao Brasil no último dia 20. O lote faz parte de um total de 1,32 milhão de doses fornecidas pela farmacêutica. Outra remessa, com mais de 568 mil doses, está com entrega prevista para fevereiro. (Agência Brasil)

legal do setor energético, para expansão de novas fontes energéticas, como o hidrogênio verde e as eólicas offshore, geração de energia com a força dos ventos em alto mar”, completa.

Ouverney ressalta que o poder público tem a responsabilidade de elaborar aspectos regulatórios dessas novas fontes para que o Brasil possa seguir avançando no tema de transição energética. “Continuar à frente daquilo que é a vantagem comparativa do país em relação ao conjunto de países do G20”, destaca.

A pesquisa da Firjan teve o intuito de elaborar diagnósticos de oportunidades e desafios para serem abordados em reuniões de entidades participantes do G20 sob a presidência brasileira.

Diversos eventos de diálogos serão realizados ao longo deste ano. Serão discutidos também assuntos prioritários do governo brasileiro, como o combate à fome, à pobreza e à desigualdade, as três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental) e a reforma da governança global.

Nos dias 18 e 19 de novembro será realizada reunião de cúpula dos chefes de Estado e de governo no Rio de Janeiro. Segundo Isaque Ouverney, as reuniões desse conjunto de economias que compõem o G20 e os convidados vão propor alternativas e compartilhar experiências de sucesso.

“O objetivo do estudo da Firjan é apresentar um panorama, nessas oito vertentes, de onde o Brasil tem, de fato, se destacado e sido bem-sucedido nas suas políticas e onde são necessários uma reflexão e avanços importantes, como é o caso da segurança pública”, completa. (Agência Brasil)

Com 36 pontos, Brasil cai 10 posições em ranking que mede corrupção

O Brasil caiu 10 posições no Índice de Percepção da Corrupção (IPC) 2023, divulgado na terça-feira (30) pela Transparência Internacional.

O país contabilizou 36 pontos, registrando a 104ª posição no ranking. Produzido desde 1995, o índice avalia 180 países e territórios e atribui notas em uma escala entre 0 e 100. Quanto maior a nota, maior a percepção de integridade do país.

Mais de dois terços dos países registraram pontuação inferior a 50, enquanto a média global ficou em 43 pontos. Ao todo, 23 países registraram queda em suas pontuações.

“O IPC de 2023 destaca como o enfraquecimento dos sistemas de Justiça reduz a capacidade estatal de enfrentar e prevenir corrupção, além de aumentar os riscos de abuso de poder e de impunidade”, destacou a Transparência Internacional.

O país mais bem classificado no ranking foi a Dinamarca, com 90 pontos, seguido da Finlândia (87 pontos), Nova Zelândia (85 pontos) e Noruega (84

pontos). A Somália ficou em último lugar no ranking, com 11 pontos.

Entre os países das Américas, o Brasil ficou atrás, por exemplo, de Uruguai (76 pontos), Chile (66 pontos), Cuba (42 pontos) e Argentina (37 pontos).

No caso específico do Brasil, a entidade aponta o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro como responsável pelo desmonte dos marcos legais e institucionais anticorrupção que o país levou décadas para construir.

O combate à corrupção é construído sobre três pilares de controle (ou accountability) - o judicial, o político e o social. Marcos que, de acordo com a Transparência, o governo de Bolsonaro se dedicava a destruir.

“Se tratava de um governo dedicado intensamente à neutralização de cada um desses pilares, seja para blindar sua família de investigações de esquemas de corrupção fartamente comprovados, seja para evitar um processo de impeachment por seus incontáveis crimes de res-

ponsabilidade.”

Ao mesmo tempo, o primeiro ano de gestão de Luiz Inácio Lula da Silva “vem falhando na reconstrução dos mecanismos de controle da corrupção e, junto deles, do sistema de freios e contrapesos democráticos”, avalia o documento.

Em nota, a Controladoria-Geral da União (CGU) afirma que trabalha diariamente para identificar e corrigir riscos de corrupção em políticas públicas, contratações e outras ações do Estado. Além disso, ressalta que vem “fortalecendo a integridade dos órgãos federais e colaborando para a implementação de programas de integridade pública”.

A CGU afirma que o documento reconhece importantes avanços no âmbito do controle social, da transparência e do acesso à informação. “A CGU reverteu quase duas centenas de sigilos abusivos e, mais importante, estabeleceu regras para prevenir novas violações da Lei de Acesso à Informação”, defende, em nota.

A entidade internacional faz uma série de recomendações para o governo federal. Entre elas o desenvolvimento e implementação de uma política nacional anticorrupção com ampla participação da sociedade.

Total transparência orçamentária e fim do uso de mecanismos de negociação política, como o “orçamento secreto”, também estão entre os pedidos da entidade. A preservação da Lei das Estatais e o fortalecimento dos mecanismos de governança dessas empresas também é destacado pela Transparência.

Como forma de democratização do estado e enfrentamento à corrupção institucional, a Transparência destaca a necessidade de promoção da inclusão e da diversidade nas nomeações a cargos de alto escalão e no Poder Judiciário. E recomenda, ainda, a remoção do cargo de funcionários de alto escalão que estejam sob investigação ou processados por corrupção e irregularidades relacionadas. (Agência Brasil)